

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### 1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhor Acionista,

A CEB Participações S.A. apresenta o Relatório da Administração, em conjunto com suas Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas, Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2016.

Apesar de 2016, a Empresa desenvolveu suas atividades balizadas no planejamento estratégico de sua controladora integral, Companhia Energética de Brasília - CEB e na gestão patrimonial das despesas operacionais, de forma a cumprir os compromissos assumidos junto aos clientes e fornecedores.

Para enfrentar os altos custos com energia adquirida no MCP<sup>1</sup>, principal fator que impactou o resultado em 2015, a Administração celebrou com a ANEEL<sup>2</sup> o "Termo de Repactuação do Risco Hidrológico", conforme disposto na Lei 13.203/2015, garantindo proteção para eventuais déficits financeiros futuros de geração.

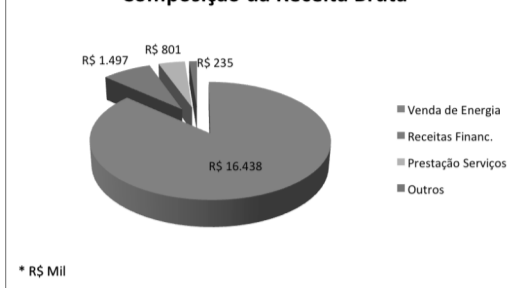
O pacto firmado proporcionou o ressarcimento de R\$ 1.227 mil referentes a créditos de 2015 para pagamento de seguro do risco hidrológico até o final da concessão e possibilitou que a Empresa continuasse adquirindo energia no MCP de forma a honrar seus contratos de comercialização no ACR<sup>3</sup>. Os efeitos financeiros e econômicos deste déficit foram mitigados para CEB Participações S.A., em parte pela repactuação de 91% do risco, que representou crédito de R\$564 mil e também pela redução do PLD<sup>4</sup>, que apresentou valores médios inferiores aos ocorridos em 2015.

Assim, a exposição financeira de anos anteriores não se repetiu em 2016. Ao contrário, a expressiva redução no valor das aquisições de energia, na ordem de R\$ 7.094 mil para R\$ 1.030 mil, ajudou a compor o resultado positivo da CEB Participações S.A.

A comercialização de energia foi marcada pela continuidade dos contratos de venda de energia gerada pela UHE Queimado, e representou a principal fonte de receita da Empresa.

As demais receitas decorreram dos rendimentos de aplicações financeiras, serviços administrativos prestados ao Consórcio Cemig-CEB e outros créditos, que somados totalizaram a receita bruta de R\$ 18.971 mil, conforme composição mostrada no gráfico a seguir:

### Composição da Receita Bruta



Seguindo as diretrizes do Grupo, a CEB Participações S.A. celebrou Contrato de Cessão Creditória de Direito de Mútuo com seu acionista único Companhia Energética de Brasília - CEB, no valor de R\$10.000 mil, utilizando recursos comprometidos no Contrato de Mútuo que foi celebrado com a CEB Distribuição S.A. em 2015. Em contrapartida, o capital social foi reduzido de R\$ 41.270 mil para R\$ 31.270 mil.

Celebrou, ainda, contrato de mútuo com a empresa geradora Corumbá Concessões S.A., no valor de R\$ 192 mil, que serão restituídos em 60 parcelas corrigidas pelo IGP-M/FGV, acrescidas de juros de 1% ao mês e tributos incidentes, desde a data do desembolso até a data do efetivo pagamento, que se dará após o vencimento do período de carência do contrato, respeitando a comutatividade do montante mutuado, conforme determina o Órgão Regulador.

Outras ações gerenciais reduziram os custos operacionais e influenciaram positivamente o resultado. Entre elas, destacam-se:

- Priorização de investimentos na UHE Queimado, eliminando desperdícios e melhorando a eficiência operacional;
- Modernização do sistema de gestão informatizada da UHE Queimado, proporcionando maior segurança nas contratações, procedimentos contábeis e financeiros;
- Economia na contratação das condicionantes ambientais da UHE Queimado, nos termos da Licença de Operação - IBAMA; e
- Economia nas contratações de obras, serviços e nova sede administrativa do Consórcio Cemig-CEB.

O bom desempenho da Empresa gerou crescimento de 260% no EBITDA<sup>5</sup> e de 271% no lucro líquido. Os números apresentados na tabela seguinte mostram a progressão dos resultados consignados nos últimos três anos:

EXERCÍCIO	2014	2015*	2016
Receita Operacional Bruta	14.412	15.463	17.239
Receita Operacional Líquida	13.726	14.717	16.407
Resultado Antes dos Tributos	551	3.966	11.306
EBITDA	(613)	2.896	10.415
Lucro Líquido (Prejuízo)	(659)	2.748	10.187
Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	43.321	45.782	39.457

\*Reapresentado.

Com relação às principais despesas realizadas no ano, estas incluíram custos usuais com encargos setoriais, gerais e administrativas, tais como, compensação financeira por uso de recursos hídricos, compensação financeira por uso do bem público, CUSD<sup>6</sup>, gastos de liquidações no mercado de curto prazo de energia elétrica, taxas destinadas à ANEEL, CCEE, ONS, pessoal, material e serviços.

Em 17 de novembro de 2016, foi publicada a Portaria MME nº 622, que divulgou o relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs" para a Consulta Pública nº 24, bem como os novos valores preliminares de garantia física de energia para as usinas hidrelétricas despachadas centralizadas.

A UHE Queimado teve a sua garantia física aumentada em 16,9%. O valor preliminarmente anunciado será revisado em 2017 pelo MME, com previsão de vigência a partir de janeiro de 2018, quando surtirá efeitos positivos no volume de comercialização de energia.

Apesar do bom resultado em 2016, a CEB Participações S.A. manterá sua gestão focada no controle rígido dos custos e despesas operacionais, priorizando investimentos relevantes ao bom andamento do negócio. Acreditamos, porém, em um cenário hidrológico mais favorável para os próximos anos e em novos ajustes regulatórios que poderão contribuir para redução do risco financeiro de geração, aumento dos volumes negociados e melhoria dos indicadores empresariais.

### 2 - CENÁRIO MACROECONÔMICO

A economia brasileira viveu em 2016 mais um ano de recessão, aliada a um cenário de grave crise política e institucional. A retração acumulada da economia, a contração do crédito e a elevação dos índices de desemprego indicam que a recuperação deverá ser lenta.

Diversos fatores contribuíram para a retração do mercado. Dentre eles podemos destacar a queda da arrecadação, o aumento do déficit, a crise nas contas dos estados, o aumento dos juros para financiamento, a queda na confiança dos investidores, entre outros.

O Produto Interno Bruto - PIB brasileiro encerrou 2016 com redução superior a 3% e taxa de inflação de 6,29%. No regime de metas de inflação adotado pelo Banco Central, com núcleo de 4,5% e teto de 6,5%, esse índice ficou dentro do teto da meta, o que representa a mais baixa desde 2013. Para 2017, o teto da meta de inflação será de 6%.

A taxa de desemprego atingiu o patamar de dois dígitos, podendo chegar a 13% ano de 2017. A queda na produção industrial e nas vendas do varejo indica esgotamento do modelo de crescimento baseado na alta do consumo e expansão fiscal.

Por sua vez, a balança comercial registrou o maior superávit já registrado em toda série histórica desse indicador. O resultado decorreu de uma queda menor nas exportações do que nas importações. Na comparação entre os dois últimos anos, as importações recuaram 20,1%, enquanto as exportações caíram 3,5% na média diária.

As perspectivas para 2017 permanecem abaixo do desejado. Os agentes econômicos preveem pequeno crescimento no PIB, próximo a 0,5%, além de novo déficit primário.

Para retomada do crescimento será necessário melhorar o nível de confiança geral na economia por meio de reformas estruturais que visem especialmente a redução dos gastos públicos, implementação de política fiscal consistente e restabelecimento de superávit primário.

### 3 - CONTEXTO OPERACIONAL

No ano de 2016, a geração de energia oriunda de fonte exclusivamente hidráulica no Brasil foi responsável por 74,27% do total dos 734.131 MW médios gerados.

<sup>1</sup> - Mercado de Curto Prazo.

<sup>2</sup> - Agência Nacional de Energia Elétrica.

<sup>3</sup> - Ambiente de Contratação Regulada.

<sup>4</sup> - Preço de Liquidação das Diferenças é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no Custo Marginal de Operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado.

<sup>5</sup> - EBITDA é a sigla de "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization", que significa "Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização".

<sup>6</sup> - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição celebrado com outras distribuidoras para uso das instalações do sistema de distribuição (CSD).

As alterações no regime de chuvas, entre outros fatores, vêm contribuindo para o deslocamento na matriz de energia elétrica no país. A participação da fonte de energia térmica alcançou 19,75% e a eólica, 5,97% da geração total. Com uma participação ainda modesta, mas em expansão, coube 0,01% a geração fotovoltaica.

Nos anos de 2014 e 2015, os geradores hidráulicos sofreram grande exposição financeira em decorrência da crise hídrica, que levou a ajustes no MRE<sup>7</sup>. Em consequência, os agentes tiveram que adquirir energia em maior volume no mercado de curto prazo, de forma a garantir lastro a seus contratos firmados anteriormente. Tal fato exigiu desembolsos financeiros significativos, o que levou a uma paralisação do mercado de curto prazo de energia face à judicialização do setor.

Coube ao órgão regulador apresentar a possibilidade de mitigação do risco de geração hidráulica aos agentes geradores, a partir do compartilhamento de parte deste risco com o consumidor de energia. Assim, conforme estabelecido na Lei nº 13.203/2015, vários geradores aderiram ao "Termo de Repactuação do Risco Hidrológico", incluindo-se a CEB Participações S.A.

A adesão realocou o risco hidrológico aos consumidores mediante o pagamento de prêmio de risco, permitindo o ressarcimento de parte dos custos do déficit hídrico de 2015, e garantiu proteção para eventuais déficits financeiros futuros de geração.

Contudo, a escassez hídrica permaneceu em 2016, ocasionando um déficit de energia no sistema em torno de 13% (GSF médio de 87%), menor que a média verificada em 2015, que foi de 15,7%. Os números acima ratificam a importância dos geradores hidráulicos na matriz energética, mas também sinalizam a necessidade de revisão do marco regulatório para o setor que teve algumas de suas inconsistências evidenciadas pela crise hídrica dos últimos anos.

### 4 - PERFIL DA CEB PARTICIPAÇÕES S.A.

A CEB Participações S.A. foi criada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27/11/1997, constituída como sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB. A Empresa possui patrimônio próprio e autonomia administrativo-financeira com sede e foro na cidade de Brasília-DF nos termos da legislação em vigor.

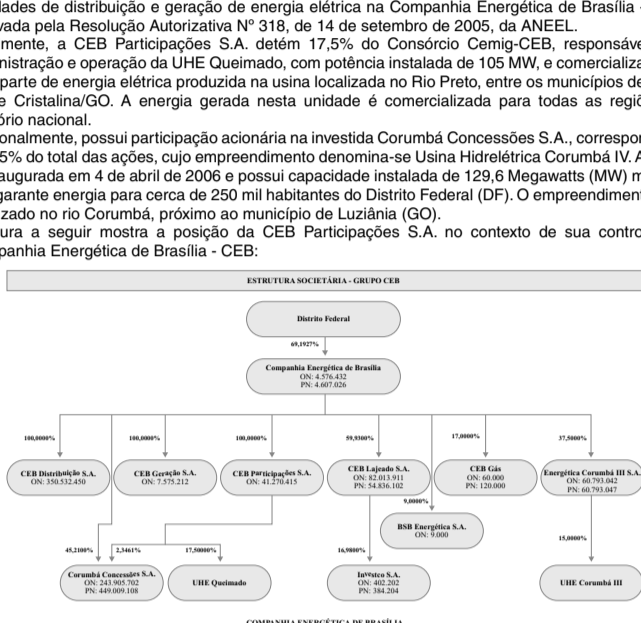
O seu objeto social é comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira dos negócios, sendo vedada a participação em entidades sem fins lucrativos. Pode ainda, participar diretamente ou por meio de consórcio, da exploração de empreendimentos de geração, como é o caso da Usina Hidrelétrica Queimado, bem como comercializar a sua cota-parte da energia elétrica produzida, nos limites constantes dos respectivos contratos de concessão.

Iniciou sua atividade operacional em 13 de janeiro de 2006 por meio do processo de segregação das atividades de distribuição e geração de energia elétrica na Companhia Energética de Brasília - CEB, aprovada pela Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, da ANEEL.

Atualmente, a CEB Participações S.A. detém 17,5% do Consórcio Cemig-CEB, responsável pela administração e operação da UHE Queimado, com potência instalada de 105 MW, e comercializa a sua cota-parte de energia elétrica produzida na usina localizada no Rio Preto, entre os municípios de Unaí/MG e Cristalina/GO. A energia gerada nesta unidade é comercializada para todas as regiões do território nacional.

Adicionalmente, possui participação acionária na investida Corumbá Concessões S.A., correspondente a 2,35% do total das ações, cujo empreendimento denomina-se Usina Hidrelétrica Corumbá IV. A usina foi inaugurada em 4 de abril de 2006 e possui capacidade instalada de 129,6 Megawatts (MW) médios, que garante energia para cerca de 250 mil habitantes do Distrito Federal (DF). O empreendimento está localizado no rio Corumbá, próximo ao município de Luziânia (GO).

A figura a seguir mostra a posição da CEB Participações S.A. no contexto de sua controladora Companhia Energética de Brasília - CEB:



### 5 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CEB Participações S.A. é administrada por um Diretor-Geral, um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico, nomeados pelo acionista controlador, com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos.

A Diretoria reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Geral, deliberando com a presença de, pelo menos, 2 (dois) de seus membros, sendo 1 (um), necessariamente, o Diretor-Geral ou seu substituto. As deliberações da Diretoria são adotadas por maioria de votos e registradas em ata.

O Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, é composto de 3 (três) membros efetivos, residentes no País, diplomados em curso universitário ou que tenham exercido, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, função gerencial ou de membro de conselhos fiscais.

Os Conselheiros são eleitos pela Assembleia Geral da CEB Participações S.A., que fixa a respectiva remuneração. Os cargos são exercidos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

No ano de 2016, foram realizadas 12 (doze) reuniões do Conselho Fiscal na sede da Empresa, tendo como principal agenda, as aprovações dos balançamentos trimestrais e do balanço do final do exercício.

A CEB Participações S.A. indica dois membros, sendo um titular e outro suplente, para compor o Conselho Deliberativo do Consórcio Cemig-CEB, cuja estrutura é composta por dois conselheiros titulares e dois conselheiros suplentes. Os demais membros são indicados pela Cemig Geração e Transmissão S.A.. O Conselho delibera sobre demandas de interesse do Consórcio, conforme previsto no seu Contrato de Constituição.

Além disso, a CEB Participações S.A. tem assento na Diretoria Administrativo-Financeira do Consórcio Cemig-CEB, função desempenhada por um de seus Diretores.

### 6 - NOSSOS NEGÓCIOS

#### Consórcio Cemig-CEB

A Companhia Energética de Brasília - CEB celebrou Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para exploração de Aproveitamento Hidrelétrico e Sistema de Transmissão Associado, CC nº 006/97, na condição de Produtor Independente, no âmbito do Consórcio Cemig-CEB, em 18 de dezembro de 1997, cabendo à CEB 17,5% dos ativos da UHE Queimado.

O empreendimento está localizado na confluência do córrego Arrepêndido com o rio Preto, na divisa dos estados de Goiás e Minas Gerais, nos municípios de Cabeceira Grande, onde está localizada a casa de força, e de Unaí em Minas Gerais, Cristalina e Formosa, em Goiás, além do Distrito Federal.

A CEB Participações S.A. compartilha a gestão do empreendimento, sendo responsável pela Diretoria Administrativo-Financeira do Consórcio, enquanto que a Cemig Geração e Transmissão S.A. responde pela Diretoria de Operação e Manutenção da usina, que também inclui a supervisão das atividades de meio ambiente. Sobre este último aspecto, em 29 de agosto de 2014, ocorreu a 2ª Renovação da Licença Ambiental de Operação, concedida pelo IBAMA, para o período de 10 (dez) anos.

#### Corumbá Concessões S.A.

A Corumbá Concessões S.A. foi fundada em 6 de setembro de 2000 com o objetivo de construir o empreendimento hidrelétrico de Corumbá IV, localizado em Luziânia (GO), e atua na geração de energia elétrica como produtora independente, com potência instalada de 129,6 megawatts de energia não poluente e renovável. O empreendimento possui características de uso múltiplo e destina sua produção ao Distrito Federal. Em 2012, a CEB Participações S.A. aumentou 0,22% seu percentual de participação no negócio, passando de 2,12% para 2,35%.

#### Outros Negócios

Além dos ativos de geração de energia elétrica, a CEB Participações S.A. obtém receitas adicionais provenientes da prestação de serviços administrativos, jurídico, financeiro e contábil ao Consórcio Cemig-CEB e, de aplicações financeiras no Banco de Brasília S.A. e Banco Bradesco S.A., atualmente remuneradas de 95% a 97% do CDI.

#### 7 - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Toda energia produzida na UHE Queimado é comercializada no ambiente regulado da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, por meio de leilão de energia, onde as compradoras são as distribuidoras de energia.

A CEB Participações S.A. participou do 1º Leilão de Energia Elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da CCEE, realizado em dezembro de 2005, com período de suprimento compreendido entre 2008 e 2037.

A CEB Participações S.A. integra o Sistema Interligado Nacional - SIN, que é um sistema que coordena e controla todo o sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil. Para reduzir a exposição individual do gerador hidrelétrico às variações do regime de chuvas foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Esse mecanismo realoca a energia entre os participantes, transferindo o excedente daqueles que geraram além para aqueles que geraram abaixo de sua garantia física.

Na ocasião foram formalizados 32 (trinta e dois) contratos de comercialização de energia no ambiente regulado. Como produtor independente, participante do Sistema Interligado Nacional e do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, a energia não contratada é transacionada no Mercado de Curto Prazo - MCP.

A Energia comercializada nesse ano pela CEB Participações S.A. no Ambiente de Contratação Regulada está discriminada no quadro a seguir, comparada aos valores apresentados nos exercícios de 2014 e 2015:

### Energia Comercializada no ACR

	Montante (MW) - 2014	Montante (MW) - 2015	Montante (MW) - 2016	Preço Médio (R\$/MWh) - 2016
1º Semestre	9.079	9.233	9.245	204,10
2º Semestre	8.922	8.769	8.803	213,89

### 8 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os resultados apresentados pela CEB Participações S.A. estão de acordo com as novas normas de contabilidade e inseridas no processo de harmonização das normas contábeis brasileiras e internacionais (IFRS). Os impactos decorrentes dessas compatibilizações tiveram como principal repercussão a contabilização da participação em Corumbá Concessões S.A., realizada pelo MEP - Método de Equivalência Patrimonial, que está detalhada nas notas explicativas das demonstrações financeiras da Empresa.

#### Lucro/Prejuízo do Período

EXERCÍCIO	2014	2015*	2016
Receita Operacional Bruta	14.412	15.463	17.239
Receita Operacional Líquida	13.726	14.717	16.407
Resultado Antes dos Tributos	551	3.966	11.306
EBITDA	(613)	2.896	10.415
Lucro Líquido (Prejuízo)	(659)	2.748	10.187
Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	43.321	45.782	39.457

\*Reapresentado.

Em um ano que apresentou grandes dificuldades econômicas, a CEB Participações S.A. aumentou sua receita operacional bruta em 11,48%, totalizando R\$ 17.239 mil. Por outro lado, a operação de compra de energia sofreu forte redução de 85,48%, passando de R\$ 7.094 mil para R\$ 1.030 mil. No final do exercício, foi apurado um lucro de R\$ 10.187 mil, que é o melhor registrado na história da Empresa.

#### Energia de Curto Prazo

EXERCÍCIO	2014	2015*	2016
Energia de Curto Prazo	(6.286)	(7.094)	(1.030)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição (R\$ Mil)	(707)	(778)	(847)

\*Reapresentado.

Ao contrário dos exercícios anteriores, o resultado apresentado pela Corumbá Concessões S.A., mensurado pelo Método de Equivalência Patrimonial foi positivo, no valor total de R\$ 112 mil.

#### EXERCÍCIO

	2014	2015*	2016
Equivalência Patrimonial (R\$ Mil)	(1.737)	(906)	112

\*Reapresentado.

Composição das Receitas Operacionais

#### EXERCÍCIO

	31/12/2014	31/12/2015*	31/12/2016
Receita Bruta de Venda e Serviços	14.412	15.463	17.239
Venda de Energia Elétrica	13.772	14.809	16.438
Prestação de Serviços	640	654	801
Deduções da Receita Operacional	(686)	(746)	(832)
PIS	(92)	(101)	(112)
COFINS	(426)	(465)	(517)
ISS	(32)	(33)	(40)
P&D	(136)	(147)	(163)

#### Receita Operacional Líquida (R\$ Mil)

	31/12/2014	31/12/2015*	31/12/2016
Receita Bruta de Venda e Serviços	14.412	15.463	17.239
Venda de Energia Elétrica	13.772	14.809	16.438
Prestação de Serviços	640	654	801
Deduções da Receita Operacional	(686)	(746)	(832)
PIS	(92)	(101)	(112)
COFINS	(426)	(465)	(517)
ISS	(32)	(33)	(40)
P&D	(136)	(147)	(163)

\*Reapresentado.

#### Receita com Suprimento de Energia

A receita obtida com o suprimento de energia elétrica foi de R\$ 16.438 mil. Quando comparada ao valor apurado em 2015, de R\$ 14.809 mil, representa um aumento de 11,00%.

#### Receitas/(Despesas) Financeiras

A CEB Participações S.A. obteve receita adicional das aplicações mantidas nos bancos BRB e Bradesco, dos juros do contrato de mútuo celebrado com a CEB Distribuição S.A. e com a Corumbá Concessões S.A. e, de recuperação de outras receitas, que totalizou R\$ 1.732 mil. Quando comparada com a receita auferida em 2015, observa-se uma redução de 17,08% nos rendimentos.

#### EXERCÍCIO

	31/12/2014	31/12/2015*	31/12/2016
Rendimento de Aplicações Financeiras	2.146	1.554	1.497
Receitas Financeiras/Contrato de Mútuo	-	527	113
Reconhecimento de Receita Financeira FIP	-	-	114
Atualizações sobre Crédito Tributário	-	-	6
Outras Receitas Financeiras	-	1	2

#### Receitas Financeiras (R\$ Mil)

	2.146	2.089	1.732
Receitas Financeiras	2.146	2.089	1.732

\*Reapresentado.

Essa diminuição ocorreu devido à necessidade de saídas de caixa em operações ao longo do ano, especialmente, a distribuição de dividendos intercalares realizadas em junho de 2016, no valor de R\$ 6.000 mil, uma vez que a Administração mantém de forma rigorosa todos os recursos disponíveis em conta de aplicação.

#### Cessão Creditória de Direito de Mútuo com a CEB

No exercício de 2015, a CEB Participações S.A. celebrou contrato de mútuo com a CEB Distribuição S.A., no valor de R\$ 10.000 mil (dez milhões de reais), pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da assinatura, e com carência de 6 (seis) meses para início da amortização do principal. Durante o período de vigência, os juros passaram a ser pagos mensalmente, com base em 97% (noventa e sete por cento) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, atendendo a comutatividade financeira. A CEB Distribuição S.A. deu em garantia ao empréstimo a cessão fiduciária de direitos creditórios.

Neste exercício, a Administração propôs a redução do capital social da Empresa, no valor de R\$ 10.000 mil, por solicitação de sua controladora integral Companhia Energética de Brasília - CEB. O recurso utilizado foi o mesmo comprometido no contrato de mútuo com a CEB Distribuição S.A. Para dar o regular cumprimento, celebrou contrato de cessão creditória de direito de mútuo com a CEB, onde todos os direitos e deveres foram para ela cedidos. Com essa operação, o Capital Próprio passou de R\$ 41.270 mil, para R\$ 31.270 mil.

#### Contrato de Mútuo com Corumbá Concessões S.A.

A CEB Participações S.A. celebrou contrato de mútuo com a empresa geradora Corumbá Concessões S.A., no valor de R\$ 192 mil, que serão restituídos em 60 parcelas corrigidas pelo IGP-M/FGV, acrescidas de juros de 1% ao mês e tributos incidentes, desde a data do desembolso até o efetivo pagamento, respeitando a comutatividade do montante mutuado.

#### Política de Distribuição de Resultados

O Estatuto Social da Companhia é omissivo em relação ao percentual de remuneração do dividendo mínimo obrigatório, por esta razão foi aplicado o percentual de 50% sobre o lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, conforme preceitua a Lei nº 6.404/76.

Entretanto, a Empresa destinou seu lucro líquido ajustado (ver quadro abaixo) para dividendos mínimos obrigatórios R\$ 5.977 mil, e para dividendos adicionais propostos R\$ 5.977 mil, registrados em conta específica até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária que, se aprovado, será transferido para o passivo como dividendos declarados.

#### APURAÇÃO/DESTINAÇÃO DE DIVIDENDOS

	31/12/2016
Lucro Líquido do Exercício	10.186
Ajuste de Exercícios Anteriores - Equivalência Patrimonial - Coligadas	428
Ajuste de Exercícios Anteriores - Imobilizado Consórcio	830
Ajuste de Exercícios Anteriores - MCP 2015	1.138
Lucro Líquido Ajustado	12.584
Constituição de Reserva Legal	629
Base de Cálculo do Dividendo Mínimo Obrigatório	11.955
Dividendo Mínimo Obrigatório - 50%	5.977
Destinação para Dividendos Adicionais Propostos (R\$ Mil)	5.977

#### Relacionamento com os Auditores Independentes

A CEB Participações S.A. adota um sistema de rodízio dos seus Auditores Independentes, atendendo à determinação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM<sup>8</sup>. Nossas demonstrações contábeis são auditadas pela Teixeira & Associados Auditores Independentes, vencedora do último certame licitatório para a contratação dos serviços de auditoria independente.



somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos. A reserva legal é de R\$ 2.231 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.602 em 31 de dezembro de 2015). **14.2.2 - Dividendos Adicionais Propostos:** No exercício de 2016, a Administração destinou o valor de R\$5.956 para a constituição da provisão de dividendos adicionais propostos, que é referente ao excesso sobre o dividendo mínimo obrigatório declarado. Este valor será mantido no Patrimônio líquido, conforme determina a Lei 6.404/76, e de acordo com as normas descritas no ICPC 08 e será submetido a Assembleia Geral Ordinária que aprovar a destinação do resultado do exercício de 2016.

## 15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>17.239</b>	<b>15.463</b>
<b>Receita Bruta de Venda e Serviços</b>	<b>16.181</b>	<b>14.809</b>
Venda de energia elétrica	257	-
Comercialização Energia de Curto Prazo CCEE	801	654
Prestação de Serviços	(832)	(746)
<b>Dedução da receita operacional</b>	<b>(112)</b>	<b>(101)</b>
PIS	(517)	(465)
COFINS	(40)	(33)
ISS	(163)	(147)
P&D	<u>16.407</u>	<u>14.717</u>

## 16. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E OPERAÇÕES

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Energia elétrica comprada para revenda (a)</b>	<b>(1.030)</b>	<b>(7.094)</b>
Custo pelo uso do sistema de transmissão - CUSD	(847)	(778)
Despesas relacionada com a AHE Queimado (b)	(1.498)	(1.918)
Depreciação	(697)	(718)
Compensação Financeira pelo uso de recursos hídricos	(196)	(222)
Prêmio de seguro - Repactuação Risco Hidrológico (c)	(76)	(347)
Taxa da fiscalização ANEEL	(154)	(129)
Contribuição compulsória CCEE	(10)	(11)
<b>Custo com energia elétrica e operações</b>	<b>(4.508)</b>	<b>(9.763)</b>

**a) Energia elétrica comprada para a revenda:** O valor se refere à compra de energia no mercado de curto prazo e encargos imputados aos agentes de mercado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A redução desta despesa em 2016 em comparação ao ano anterior é decorrente dos seguintes fatores principais: i) repactuação do risco hidrológico, mencionado na Nota explicativa 6; e ii) redução do preço do PLD em 2016. **b) Despesas relacionadas com a AHE Queimado:** O valor de R\$ 1.498 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.918 - 31 de dezembro de 2015) é referente às despesas proporcionais do Consórcio CEMIG - CEB de responsabilidade da CEBPar. A redução desta despesa em 2016 é resultado das ações adotadas pela Administração da CEBPar para a redução das despesas correntes, envolvendo renegociação de contratos, mudança da sua sede administrativa, revisão de benefícios, entre outros. **c) Prêmio de seguro - Repactuação do risco hidrológico:** O valor de R\$1.227 reconhecido em 2015 refere-se ao ressarcimento da energia adquirida neste ano como um benefício para as empresas que optarem pela repactuação do risco hidrológico. Este saldo está sendo utilizado para compensação do seguro instituído pela ANEEL como parte da transferência do risco após a repactuação. O valor de R\$ 76 refere-se a amortização do ano de 2016.

## 17. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	(1.573)	(1.248)
Serviços de terceiros	(877)	(586)
Contribuição Patronal	(42)	(42)
Despesas Diversas	(17)	(101)
<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>(2.509)</b>	<b>(1.977)</b>

## 18. RECEITAS FINANCEIRAS

	31/12/2016	31/12/2015
Recebimento de Aplicações Financeiras	1.497	1.554
Receitas financeiras pelo contrato de mútuo	113	527
Reconhecimento de receita financeira FIP	114	-
Atualizações monetárias sobre crédito tributário	6	7
Outras Receitas Financeiras	2	1
<b>Receitas financeiras</b>	<b>1.732</b>	<b>2.089</b>

**19. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO**  
A Companhia tributa o seu resultado com base no Lucro Presumido, sendo 8% da receita para Imposto de Renda e 12% para Contribuição Social, apurado em cada período trimestral de tributação, sobre o qual são aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento de cada trimestre de apuração, sendo de 15% para imposto de renda mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$60.000 por trimestre e 9% para a Contribuição Social, calculada sobre a mesma base. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o valor total da de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi de R\$ 1.119 (R\$ 1.218 em 31/12/2015).

## 20. PARTES RELACIONADAS

Balanco Patrimonial	Parte Relacionada	Natureza	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>				
Serviços Prestados (a)	Consórcio CEMIG/CEB	Serviços Administrativos	127	108
Investimentos (b)	Corumbá Concessões S.A.	Investimento Permanente	3.712	3.669
Empréstimo (c)	CEB Distribuição S.A.	Mútuo	-	10.000
	Corumbá Concessões S.A.	Mútuo Imobilizado	203	-
Usina (d)	Consórcio CEMIG/CEB	e Intangível	20.003	19.824
<b>Total</b>			<b>24.045</b>	<b>33.601</b>
<b>Passivo</b>				
Outros (e)	CEB Distribuição S.A.	Pessoal à Disposição	23	22
Outros (f)	Consórcio CEMIG CEB	Despesas à reembolso	98	68
<b>Total</b>			<b>121</b>	<b>91</b>

## Balanco Patrimonial Parte Relacionada Natureza

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Demonstração do Resultado</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Receita (g)	801	654
Receita (h)	102	527
	11	-
Despesa (i)	1.498	1.918
<b>Total</b>	<b>2.412</b>	<b>3.098</b>

A CEB Participações S.A. tem um contrato de prestação de serviços de administração do Consórcio CEMIG-CEB, conforme processo de nº 14/2016, assinado em 1º de dezembro de 2016, o qual tem por objeto a gestão administrativa, financeira, contábil e jurídica do Consórcio. O preço global dos serviços prestados é de R\$4.910 para o período de 5 (cinco) anos, sendo que deste total, 82,5% (R\$4.051), serão pagos pela CEMIG GT à CEB Par, em 60 parcelas mensais, sendo reajustado anualmente pelo índice do IGP-M/IBGE; **b)** Representa a participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A., conforme Demonstrado na Nota explicativa nº 8 a); **c)** Empréstimo (mútuo) com a CEB Distribuição S.A. no valor de R\$ 10 milhões, que foi liquidado através de redução do capital em 2016, mediante processo de Redução de Capital com a Companhia Energética de Brasília, CEB Holding e também um empréstimo (Mútuo) com a Corumbá Concessões S.A. no valor de R\$ 203; **d)** Refere-se à participação da CEBPar no imobilizado e intangível do Consórcio CEMIG-CEB; **e)** Refere-se à cessão de funcionário da CEB Distribuição S.A. à CEB Participações S.A., conforme AVD nº 5497; **f)** Representam os valores a pagar das obrigações assumidas pelo Consórcio CEMIG-CEB, conforme sua cota parte no empreendimento, que é de 17,5%; **g)** Trata-se da receita auferida pela CEB Participações S.A., relativa à prestação dos serviços de administração do Consórcio CEMIG-CEB, cujo aporte financeiro é realizado pela CEMIG GT. **h)** Refere-se à receita financeira auferida do Contrato de Mútuo nº 01/2015-CEBPar, firmado entre a CEB Participações S.A. e a CEB Distribuição S.A., liquidado em 2016, com a diminuição do Capital Social e também dos rendimentos do empréstimo de mútuo com a Corumbá Concessões S.A.; **i)** Trata-se da cota parte da CEB Participações S.A. (17,5%), nos aportes financeiros para cobrir as despesas referentes às atividades do Consórcio CEMIG-CEB.

## 21. GESTÃO DE RISCOS

**21.1. Risco de capital:** Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **21.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto praticamente a todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. O mercado de produção de energia por meio do Consórcio e de venda pela CEBPar apresenta oscilações de preços de energia em função, principalmente, de anormalidade hídrica ocorrida nos dois últimos anos e dos preços de mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía riscos de mercado associados à dívida. **21.3. Risco de liquidez:** O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Os ativos financeiros mais relevantes da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3), Concessionários e Permissionários (Nota 4). A Companhia, em 31 de dezembro de 2016, tem Equivalentes de Caixa que corresponde a uma aplicação financeira que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa. Para a Contas a Receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) aplicado a todas as usinas que são parte do sistema elétrico nacional. Ocorrendo um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação dos reservatórios. **21.4 Risco de crédito:** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade na realização de seus recebíveis junto às Concessionárias e Permissionárias e de Equivalentes de caixa. No setor de energia elétrica, as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. Adicionalmente, o único cliente é também sócio controlador. O risco decorrente da possibilidade de a Companhia apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A Administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Todavia, o risco não é relevante em função da Administração local os seus recursos financeiros basicamente em Instituições financeiras de grande porte, com baixo risco baseadas nas agências avaliadoras de risco. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais. **21.5 Risco de normatização via legislação e via regulamentação ANEEL:** A CEBPar é uma empresa de geração e comercialização de energia, que está sujeita à uma legislação específica sobre o sistema energético e à regulamentação específica da ANEEL, na qualidade de agência regulatória do sistema de energia elétrica no Brasil. Considerando que o sistema de produção e comercialização de energia leva em consideração políticas definidas pelo Governo Federal, o custo de energia e o seu preço de venda ao mercado podem sofrer impactos decorrentes dessa política. Por outro lado, o mercado de produção e venda de energia regulamentado pela ANEEL está sujeito aos efeitos de reflexos de posições tomadas por empresas pertencentes ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE no sistema de geração de energia, e de outros aspectos, em especial o preço da energia no Mercado de Curto Prazo. **21.6 Risco em Participações acionárias:** Conforme mencionado na Nota explicativa nº 8 a), a CEBPar possui participação de 2,3461% na Corumbá Concessões S.A., empresa coligada através de controle comum de outra empresa do mesmo grupo econômico. Este ativo será recuperado somente se a empresa investida gerar lucros em montantes suficientes para compensar o capital investido. A CEBPar avalia anualmente se há indício de irreversibilidade deste ativo a fim de constituir possível provisão para *impairment*. Até o momento, baseadas nas projeções elaboradas pela Administração da Corumbá Concessões, a CEBPar não verificou necessidade de constituir qualquer provisão para perda.

## 22. PASSIVOS CONTINGENTES - CONTINGÊNCIA CÍVEL

**a) Resolução CNPE 03/2013:** O Conselho Nacional de Política Energética emitiu a Resolução CNPE nº 03/2013 modificando a sistemática do rateio do Encargo de Serviço do Sistema - ESS, com o intuito de resguardar o risco de segurança energética, alterando a forma de rateio do custo do despacho adicional das usinas termelétricas em seus artigos 2º, parágrafo 5º e artigo 3º, incluindo todos os custos para os agentes de mercado, deixando de ser arcado exclusivamente pelos consumidores, em razão da revogação da Resolução CNPE nº 08/2007. O encargo que trata a referida resolução destina-se a cobrir os custos decorrentes da geração despachada independentemente da ordem de mérito, nos termos do artigo 59, inciso I do Decreto nº 5.163/2004. Até o momento da edição da Resolução CNPE nº 03/2013, os custos decorrentes do acionamento das usinas termelétricas eram custeados exclusivamente pelos consumidores. Após a sua edição, tais custos são rateados entre todos os agentes de mercado, proporcionalmente à energia comercializada nos últimos doze meses. A Companhia interpôs, conjuntamente com outras empresas do grupo, ação ordinária contra a União, questionando a criação deste novo encargo e obteve antecipação de tutela em 2 de agosto de 2013, excluindo a Companhia do rateio do custo do despacho adicional de recursos energéticos de usina termoeletrica, até o julgamento final da ação. O processo encontra-se concluso para sentença em 1ª Instância desde 29 de abril de 2014. Os assessores jurídicos da Companhia classificaram a perda desta ação como remota e, por isto não foi constituída provisão sobre este assunto no trimestre findo em 31 de dezembro de 2016. Os valores envolvidos até novembro de 2016 que a Companhia foi excluída do pagamento é da ordem de R\$ 584. **b) Repactuação do risco hidrológico:** Após as adesões da CEB Participações S.A. e outras empresas do mesmo grupo econômico à repactuação do risco hidrológico ocorrida em 2015, ocasião em que ocorreram as desistências das ações judiciais que questionavam os efeitos financeiros do déficit de geração, alguns outros agentes do mercado não procederam da mesma forma. Essa opção manteve suas judicializações que os isentavam do rateio do pagamento de valores discutidos em outras liminares, situação que provocou nova exposição daqueles agentes que tinham optado pela mencionada repactuação, como a CEBPar. Em decorrência dessa nova exposição, com o objetivo de proteger as empresas geradoras controladas pela CEB contra os efeitos das decisões judiciais mantidas por aquelas que não aderiram a repactuação, foi ajudada uma ação que resultou no deferimento "Do Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela", em 31 de março de 2016. Tal ação determinou que não fosse transferido para as autoras o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais de que não fizessem parte, independentemente da competência a que se refiram, relativas aos efeitos dos valores oriundos do déficit hídrico (Fator GSF) sobre geradores hidrelétricos. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que o risco de perda é possível. **c) Processo Administrativo nº 4850004562/2009-64 - ANEEL:** O Consórcio CEMIG-CEB, ajuizou ação em desfavor da AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no processo de nº 0015174-71.2016.4.01.3800 - 19ª VARA FEDERAL, pretendendo a nulidade do despacho sancionador 569/2016, que aplicou sanção de multa no valor de R\$503, a qual é referenciada nos autos do processo administrativo número 4850004562/2009-64. O Aproveitamento Hidrelétrico de Queimado - AHE-Queimado, que é o negócio do Consórcio CEMIG-CEB, foi atuado em razão de uma "não-conformidade (N.9)" consistente na disponibilidade declarada incorretamente nos sistemas do ONS, visto que há valores de indisponibilidade forçada indicados como indisponibilidade programada no RAD, sendo-lhe aplicada, após trâmite do processo administrativo decorrente do auto de infração, a multa já mencionada. Com o desenrolar da lide, no dia 13 de janeiro de 2017, conclui o Juízo que a penalidade aplicada à autora não deve prevalecer, julgando procedente o pedido para declarar a inexistência da penalidade de multa aplicada ao Consórcio CEMIG-CEB, condenando a demandada ao ressarcimento das custas processuais antecipadas pela autora, bem como ao pagamento de honorários advocatícios ao patrono da demandante, em valor equivalente a 10% do valor equivalente à multa, já depositado nos autos, a ser atualizado em conformidade com o Manual de Cálculos da Justiça Federal (artigo 85, parágrafos 2º, 3º e 6º, do CPC/2015).

## 23. PLANO DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A CEBPar e demais empresas controladas pela Companhia Energética de Brasília são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, entidade fechada, que é um plano destinado a complementar os benefícios concedidos pela Previdência Social aos seus empregados e administradores. O plano adotado é submetido à avaliação anual de Atuário Independente e é denominado "Plano de Contribuição Definida". O custeio é feito através de contribuições mensais, sendo 50% da patrocinadora e 50% do participante, por taxas individuais sobre a folha de salários da empresa. As despesas totais com o plano no exercício de 2016, somaram R\$ 58 (R\$ 58 em 31/12/2015).

## 24. SEGUROS

A Companhia possui apólice de seguros contratados pela Administração do Consórcio CEMIG-CEB, para cobrir riscos sobre seus ativos, cuja cota parte da CEBPar é de 17,5%.

## 25. RECONCILIAÇÃO DO LUCRO DO PERÍODO COM A GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Lucro Líquido do exercício</b>	<b>10.187</b>	<b>2.748</b>
<b>Ajustes ao Resultado do Período</b>		
Depreciação	704	718
Equivalência patrimonial	(112)	906
Ajuste Repactuação do Risco hidrológico	-	(1.227)
Juros Provisórios	(210)	-
Resultado na Baixa de Imobilizado	-	5
<b>Lucro do exercício ajustado</b>	<b>10.569</b>	<b>3.150</b>
<b>Varição nos ativos e passivos</b>		
(Aumento) Redução do Contas a Receber	(357)	(661)
(Aumento) Redução Impostos a Recuperar	(86)	71
(Aumento) Redução Outros ativos circulantes	(4)	(77)
(Aumento) Redução de Cauções e Depósitos Vinculados	(103)	(306)
Aumento (Redução) de fornecedores e outras contas	169	(25)
Aumento (Redução) Salários e encargos sociais	(5)	31
Aumento (Redução) de impostos e contribuições sociais	13	(12)
Aumento (Redução) outros passivos	87	(6)
	<b>428</b>	<b>(985)</b>
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais</b>	<b>10.997</b>	<b>2.165</b>

## 26. OUTRO ASSUNTO RELEVANTE

O Governo do Distrito Federal publicou em 21 de dezembro de 2015 a Lei nº 5.577 que autoriza a CEB Participações S.A. alienar a sua participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A. e no Consórcio CEB-CEMIG. Esta alienação é parte do Plano de desinvestimentos da CEB em empresas de gás e de geração de energia elétrica.

## Diretores

Ari Joaquim da Silva - Diretor Geral

Aurélio Jackson Fernandes Mazeto - Diretor

Elias Brito Júnior - Diretor

## Contador

Brás Kleyber Borges Teodoro

Contador CRC-GO 022.094

## Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da CEB Participações S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração, examinou as Demonstrações Financeiras, além das informações complementares objeto das Demonstrações do Resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, levantados em 31 de dezembro de 2016, elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as peças foram apresentadas de forma

comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. O Colegiado tomou conhecimento do relatório da Nexia Teixeira Auditores, emitido sem ressalvas em 10.02.2017, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício de 2016.

Com base nos documentos apresentados e no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal concluiu, por unanimidade, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo de opinião que se encontram em condições

Brasília, 20 de fevereiro de 2017.

Dalmo Alexandre Costa

André Vilanova da Silva

Wolney Arruda

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

### Outros assuntos

1) A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa Opinião, avaliamos se essa Demonstração está conciliada com as Demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa Opinião, essa Demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico, e são consistentes em relação as Demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adicionalmente, os assuntos descritos no tópico "Ênfases" supra também são aplicáveis à essa Demonstração.

2) O exame das Demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da retificação de erros descritos na nota explicativa 2.20, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 18 de fevereiro de 2016, contendo Ênfases sobre (i) à inexistência de impacto para a Companhia como consequência da prorrogação das concessões prevista na Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783; (ii) à repactuação do risco hidrológico estabelecida pela Lei 13.203/15 e os seus efeitos nas demonstrações financeiras de 2015; (iii) às operações em conjunto da CEMIG GT S.A. e da CEBPar no Consórcio CEMIG-CEB na operação da AHE Queimado; (iv) às transações com partes relacionadas mantidas pela CEBPar; e (v) à não contratação de apólice de seguros pela Companhia. Estes assuntos foram considerados por nós como não relevantes para menção como Ênfases no presente relatório. Como parte de nossos exames das Demonstrações financeiras de 2016, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 2.20 que foram efetuados para alterar as Demonstrações financeiras de 2015. Em nossa Opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2015 e, portanto, não expressamos Opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as Demonstrações financeiras de 2015 tomadas em conjunto.

### Outra informação que acompanha as Demonstrações financeiras (Relatório da Administração)

#### e o relatório do auditor

A Administração da CEBPar é responsável por essa outra informação que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa Opinião sobre as Demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos

relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos aos seus responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2017.

Domingos Xavier Teixeira

Sócio e Diretor Executivo

Nexia Teixeira Auditores

CRC MG 5.194

Contadora CRC MG-14.105-O/5-S-DF-103